

CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SUSTENTABILIDADE REGIONAL: o caso da microrregião de Quirinópolis –GO

Jean Carlos Vieira Santos.

Doutorando (IGUFU) Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia; Bolsista Capes - PDEE/Universidade do Algarve (Portugal); Professor do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – UEG; e-mail: svcjean@yahoo.com.br

Rosiane Dias Mota.

Graduada em Tecnologia de Gestão Turística pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG). e-mail: rosianeturismo@yahoo.vom.br

Rosselt José Santos.

Professor da Graduação, Mestrado e Doutorado (IGUFU) Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia; Coordenador do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo – IGUFU. e-mail: rosselt@ufu.br

Resumo

O objetivo principal deste artigo é fazer algumas considerações sobre a sustentabilidade regional da microrregião de Quirinópolis (GO), vinculada à algumas políticas públicas de criação de regiões turísticas, o que poderá colaborar no entendimento da promoção e do envolvimento das comunidades locais com práticas tradicionais nas áreas de Cerrados. Afinal, o avanço tecnológico e a introdução da monocultura canavieira trouxeram para o interior do Brasil, especialmente Goiás, expressivas alterações nas formas, nas relações de produção e nas novas ressignificações da estrutura ali existente. Assim, o intento é, também, apresentar a atual situação da proposta de “Sustentabilidade do Projeto de Regionalização do Turismo” no interior deste estado. Acredita-se que, ao valorizar o turismo como forma de otimização do desenvolvimento regional, e no caso nas paisagens de Cerrado por meio de experiências culturais, haja uma ressignificação da importância das tradições locais, agregando a estas, valores econômico, social e ambiental, o que poderá fomentar algumas demandas de sustentabilidade regional, valorizando experiências materiais e imateriais que poderão ser vivenciadas nestes lugares. Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa considerou os projetos e algumas políticas do Estado Nacional direcionados ao turismo que chegaram ao interior deste estado. Quanto aos aspectos metodológicos, o trabalho foi dividido em duas fases: a pesquisa documental e o trabalho de campo.

Palavras-Chave: Modos de Vida; Identidade; Criação de Regiões Turísticas; Quirinópolis.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a sustentabilidade regional perante algumas políticas públicas de criação de regiões turísticas, buscando entender a promoção e o envolvimento das comunidades locais inseridas nesses projetos com práticas tradicionais nos Cerrados. Nos espaços rural e urbano desse bioma, ainda é possível encontrar modos de vida tradicionais das populações, e esses se apresentam como sujeitos que expressam relações envolvendo sistemas produtivos e saber fazer, mesmo que estejam sendo influenciados pelo sistema econômico predominante, ou seja, o agronegócio.

Afinal, o avanço tecnológico e a dinâmica da monocultura canavieira promovem no interior do Brasil, especialmente em Goiás, mudanças substanciais nas formas, nas relações de produção e nas novas ressignificações da estrutura existente. Contudo, há práticas residuais nos espaços urbano e rural do interior do país que estão distantes de ser uma realidade na “Política Pública Nacional”. É o caso, por exemplo, do “Projeto de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”, que faz referência às sustentabilidades ambiental, sociocultural e econômica como fatores imprescindíveis para o sucesso da atividade turística no atual contexto brasileiro, deixando ainda marginalizados elementos que revalorizam e ressignificam as relações, os usos, as práticas e os costumes tradicionais, que também deixam marcas no imaginário dos sujeitos.

Designamos como espaço de estudo a microrregião de Quirinópolis (Figura 01) que envolve os municípios de Gouvelândia, Lagoa Santa, Itarumã, Itajá, São Simão, Paranaiguara, Cachoeira Alta, Quirinópolis e Caçu, que na proposta da Regionalização publicada pelo Ministério do Turismo no ano de 2004, estão inseridos no roteiro denominado “Região Turística das Águas”. Esta região turística abrange ainda outros municípios fora do espaço de investigação, entre eles Cachoeira Dourada, Caldas Novas, Catalão, Corumbáiba, Inaciolândia, Ipameri, Itumbiara, Marzagão, Piracanjuba, Rio Quente, Três Ranchos e Vicentinópolis, fazendo limite com outras regiões turísticas, a saber, Agro-Ecológica, Nascentes do Oeste, dos Negócios e dos Engenhos.

Essa proposta de criação de regiões turísticas surgiu durante a campanha presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, o qual tinha, em seus projetos, a intenção de uma maior visibilidade para o turismo no Brasil. No primeiro dia de mandato, em janeiro de 2003, foi criado o Ministério do Turismo – MTUR. Logo após foi implantado dentro de seu planejamento turístico o Plano Nacional do Turismo – PNT, que visa valorizar as diversidades regionais,

criando um produto marcado pela brasilidade, assim fomentando o turismo doméstico e a valorização do mercado brasileiro no exterior.

Nesse contexto, o Ministério do Turismo (2004, p.07) cita que “em janeiro de 2003, ao criar o Ministério de Turismo – MTUR, o Presidente da República ordenou a priorização do turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do País”, priorizando o trabalho regional. Assim, na literatura deste ministério, a regionalização do turismo passa a ser entendida como um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação e sinergia de decisões.

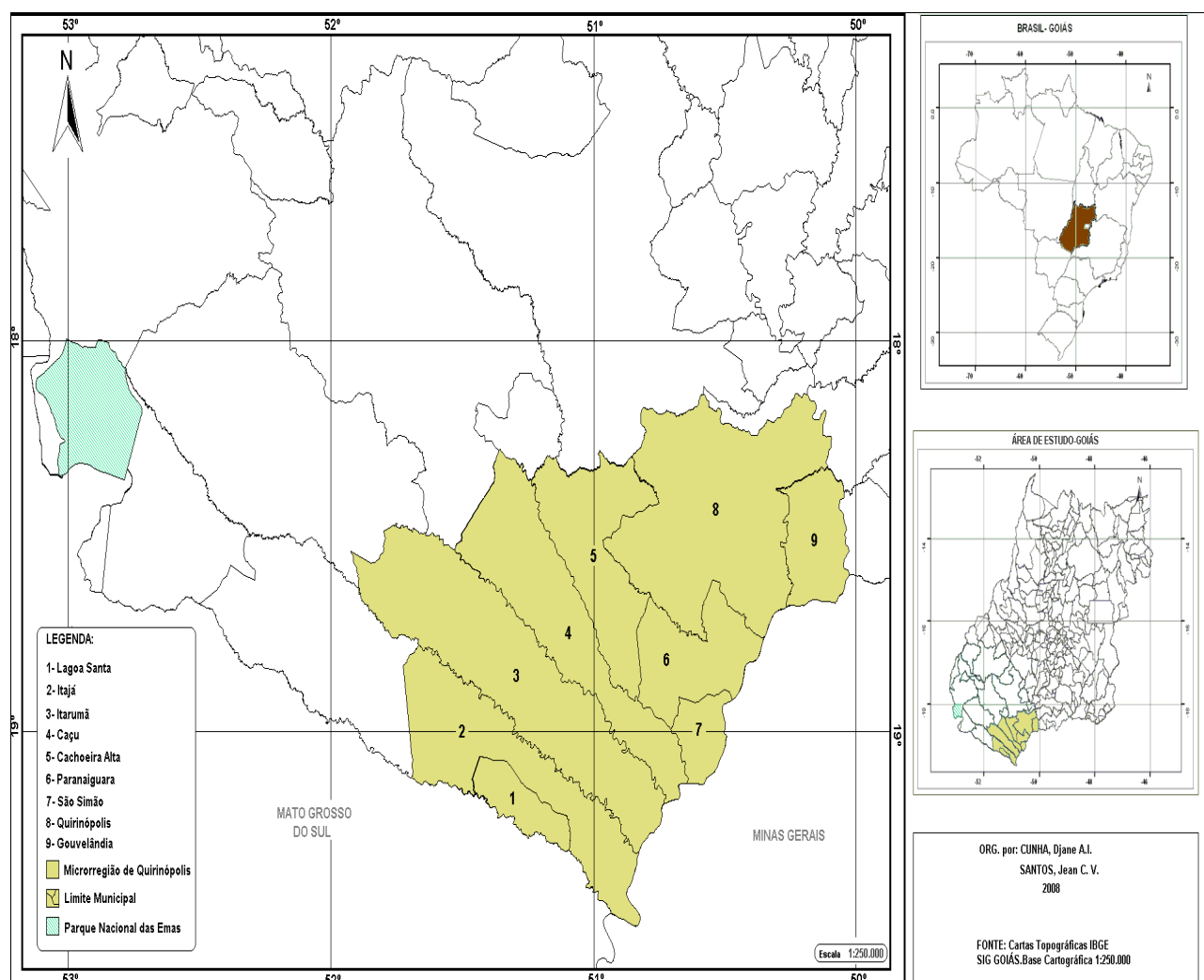


Figura 01: Localização da Microrregião de Quirinópolis – 2008.

Fonte: SANTOS, J. C. V, 2010

Segundo o Ministério do Turismo (2004, p.11) regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de promover mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. Como essa regionalização do turismo é uma proposição estatal que visa integrar lugares e ampliar o destino turístico dos visitantes, ela também exige novas posturas e estratégias na gestão das políticas públicas, o que certamente implicará em mudanças no relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil, isto é, vai exigir negociações, acordos, planejamentos e organização social.

Este trabalho visa discutir a atual situação da proposta de “Sustentabilidade do Projeto de Regionalização do Turismo” no interior de Goiás. A hipótese é que, ao valorizar o turismo em paisagens de Cerrado, o desenvolvimento regional poderá sofrer mudanças positivas a partir das “seduções” suscetíveis de acontecerem considerando a importância e o significado das tradições locais interioranas, agregando a estas valores econômico, social e ambiental, que poderão fomentar demandas da região por meio da valorização das concreticidades do espaço, envolvendo não apenas elementos e patrimônios materiais, como também imateriais.

Para essa vertente de discussão, Montibeller Filho (2004) destaca que em sentido amplo o meio ambiente é composto de elementos físicos, químicos, biológicos, sociais e humanos interagidos, e a sustentabilidade é um processo que deve acontecer “de maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. E considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidade materiais e não materiais (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.47)”.

Historicamente as questões da sustentabilidade começaram a emergir no discurso político a partir do início da década de 1970. Na égide das Nações Unidas nos anos de 1980 foi divulgado o chamado “*Brundtland Report*”, que preconizou cinco idéias fundamentais para o planejamento do turismo sustentável:

[...] o planejamento turístico e as estratégias elaboradas devem ser holísticas; importa preservar a essência dos processos ecológicos; há necessidade de proteger simultaneamente o legado humano e a biodiversidade; o desenvolvimento turístico deve ocorrer de modo a que a produtividade seja sustentável no horizonte das futuras gerações; devem ser considerados no planejamento turístico os aspectos sociais inter-geracionais (SIMÕES, 2008, p.381).

Em 1995, numa ação conjunta da Organização Mundial de Turismo com o Programa das Nações Unidas e a Unesco, surgiu a “Carta Para o Turismo Sustentável”. Nesse contexto, Costa (2002) menciona que o uso sustentável dos recursos turísticos alia-se a uma nova forma de interpretação do assunto mediante o conceito de turismo sustentável, em que gerações passadas, principalmente algumas comunidades indígenas, sabiam bem aplicar esse conceito, embora estivessem longe de formulá-lo como definição. Nessa literatura a autora cita que:

[...] o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (COSTA, 2002, p.64).

Diante desse debate conceitual, é possível entender que o “desenvolvimento é uma noção universalmente desejada e traz em si a idéia de progresso, melhoria (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.55)”. Talvez no discurso dos “projetos estatais” de busca do permanente estado de harmonia do desenvolvimento com sustentabilidade seja possível encontrar as suas contradições, e não a existência de uma definição clara e completa sobre turismo sustentável, gerando complexidade e ausência de práticas voltadas para uma gestão ecologicamente correta dos lugares protegidos, modos de vida e saber fazer das comunidades tradicionais.

Para Montibeller Filho (2004) o termo sustentável é mais um rótulo ou adjetivo afixado no conceito tradicional de desenvolvimento e que o deixa, do mesmo modo, polissêmico. Mas é esta característica de polissemia que o mantém universalmente aceito, e a aceitação do termo “desenvolvimento sustentável” é devido principalmente a sua não rigidez conceitual. A sustentabilidade é, então, um conceito adjetivado diferentemente no seio dos vários grupos sociais de interesse. Assim, por exemplo, há um desenvolvimento sustentável na perspectiva das “Políticas Públicas de Regionalização do Turismo” promovido pelo Ministério do Turismo Brasileiro e que, serão elencados a seguir.

Para atingir os objetivos propostos e apresentados neste artigo, a pesquisa considerou os projetos e políticas do Estado Nacional direcionados ao turismo, chegando ao interior do Estado de Goiás. Desse modo, a discussão será centrada na reflexão de como ocorre à regionalização estatal do espaço na perspectiva dos modos de vida e sustentabilidade.

Quanto aos aspectos metodológicos este foi dividido em duas fases: a primeira, que visou uma pesquisa documental, tendo por base o levantamento das referências focando as discussões sobre sustentabilidade e as políticas públicas de turismo; e a segunda, que constituiu no trabalho de campo, realizando um contato informal em parte do território que forma a região turística das águas no interior de Goiás, buscando informações sobre os bens culturais materiais e imateriais a partir dos significados e as percepções do lugar visitado e por meio do levantamento fotográfico.

2. Políticas Públicas de Turismo e Sustentabilidade na Microrregião de Quirinópolis-GO

O Programa de Regionalização do Turismo, promovido pelo Ministério do Turismo, destaca a sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômica como fator imprescindível para o sucesso da atividade turística no contexto atual, e como um dos pilares da Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil. Para a referida proposta, a sustentabilidade pode ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Para o Ministério do Turismo (MTUR/2004, p.12) qualquer planejamento focado no desenvolvimento deve levar em conta as dimensões da sustentabilidade, destacando entre elas a:

Ambiental: como forma de utilização dos recursos naturais de maneira equilibrada, visando a sua conservação para as gerações atuais e futuras; o ordenamento do uso do solo e da ocupação do espaço urbano e regional; o manejo adequado dos resíduos e efluentes; Sociocultural: como um processo que vise à melhoria da qualidade de vida e redução dos níveis de exclusão social, por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens. O processo deve objetivar também a manutenção da diversidade e a promoção cultural; a valorização da população, seus saberes, conhecimentos, práticas e valores étnicos; a preservação e inserção na economia das populações tradicionais; Econômica: com a finalidade de possibilitar a alocação e o gerenciamento eficiente dos recursos e do fluxo de investimentos públicos e privados (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.12).

Nesse discurso apresentado pelo projeto estatal de turismo, é fundamental definições de estratégias e planos de trabalhos nas áreas ambientais, culturais e sociais, evitando distorções e comprometendo o programa de “Regionalização do Turismo” com as mudanças atuais no seio

das populações locais e grupos tradicionais, valorizando seus cotidianos e identidades que são relevantes na relação como os patrimônios e identificação regional.

Portanto, no contexto da sustentabilidade, as políticas públicas do Ministério do Turismo (2004) citam as seguintes vantagens ao se fazer esta opção: diferenciação dos produtos e criação de base sólida na competição em termos de valores e de rentabilidade em longo prazo; aumento dos ciclos de vida dos produtos e destinos; criação de cadeias produtivas locais com produtos de valor agregado que proporcionem um crescente aumento na geração de renda para as economias locais; fortalecimento da participação dos atores; desenvolvimento de estratégias de incremento agrícola local; fortalecimento da cidadania e da sensibilização da população local sobre o desenvolvimento de produtos com base sustentável; e criação de redes solidárias de turismo inclusivo e manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais e, conseqüentemente, das condições de vida da sociedade.

A valorização da questão ambiental é um diferencial na prática da atividade turística, pois o projeto destaca ser fundamental considerar a adequação dos serviços básicos, como o destino dos resíduos sólidos, esgoto sanitário, a suficiência de equipamentos e o abastecimento de água. São necessárias medidas preventivas para garantir uma relação saudável e respeitosa entre o turismo e os recursos naturais. Planejamento e ordenamento das ações do homem sobre o meio ambiente, estudos de capacidade de suporte, monitoramento do impacto da visitação nos destinos e atrativos turísticos e educação voltada para o meio ambiente das comunidades envolvidas são fundamentais (MTUR 2004). Nessa abordagem, o projeto estatal destaca que:

Qualquer que seja o local – em especial as áreas naturais protegidas e as unidades de conservação – a análise dos impactos do desenvolvimento turístico sobre os recursos naturais e culturais deve servir de base para o planejamento e a gestão da atividade. Assim, é recomendável o estabelecimento de parcerias entre os órgãos ambientais e de turismo, em âmbito federal, estadual e municipal (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.14).

De acordo com as Diretrizes Operacionais, essas parcerias se justificam principalmente pela necessidade de atendimento a um conjunto de questões relacionadas à capacidade de suporte do local no que diz respeito ao número de pessoas na região e à qualidade dos serviços básicos de infra-estruturas. Outra questão relevante no Programa de Regionalização é o aspecto

sociocultural, em que é citada a importância de se valorizar o patrimônio histórico e cultural. Isto é, a preservação dos costumes locais e o incentivo ao resgate das tradições e da cultura popular, incluindo as manifestações artísticas, como a música, o folclore, as danças, o teatro, o artesanato, entre outras. Outra vertente de especial importância no Programa de Regionalização do Turismo é a Sustentabilidade Econômica, que:

Segundo esta visão, tanto o Programa como os projetos dele oriundos devem ter sua sustentabilidade econômica garantida. Ou seja, precisam gerar ou captar recursos necessários para sua própria manutenção e continuidade. Nessa perspectiva, o Programa é assumido pela sociedade ou por setores não-governamentais, deixando de depender unicamente da tutela governamental. Entretanto, continuam sendo fundamentais o apoio e o incentivo público à iniciativa privada, sobretudo na fase de implementação do Programa (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.15).

Nesse debate estatal o turismo surge como atividade geradora de renda e criadora de postos de trabalho, com rentabilidade empresarial, mas não como a solução de toda estagnação econômica dos lugares. Perante essa abordagem, quando analisado o trabalho desenvolvido no “Interior de Goiás”, especificamente na “região turística das águas”, é possível diagnosticar no seu conjunto de lugares, áreas com baixo fluxo turístico, devendo considerar que os investimentos públicos privilegiam sempre os espaços com alta procura turística, como é o caso das cidades de Rio Quente e Caldas Novas, ou seja, esse processo também constrói espaços periféricos na região, promovendo a desigualdade sócio-espacial do turismo.

Na atualidade, essas propostas de uso turístico sustentável dos recursos naturais e culturais expostos nos projetos públicos, não postulam uma natureza intocada ou pouco explorada, mas pautada na sustentabilidade que pode ser entendida como formas de utilização da natureza sem agressões e danos ao meio visitado trazendo, em vez de prejuízos, benefícios para as comunidades tradicionais. Nesse caso, o termo sustentável ainda tem como finalidade principal atender o desenvolvimentismo capitalista ou consumista e não basicamente promover desenvolvimento às populações locais ou as áreas de preservação ambiental e cultural no interior do Brasil.

Especificamente no caso dos municípios da “Microrregião de Quirinópolis”, no Estado de Goiás, faz-se necessário políticas públicas que aproximem a realidade local aos projetos do Ministério do Turismo valorizando, por meio das propostas de sustentabilidade anteriormente discutidas, a produção realizada em pequena escala e o modo de vida impresso na região que estão relacionados ao modo de ver, de morar, de pensar e de conceber do Cerrado.

Nesses lugares, as diferentes lógicas desenvolvidas pelas atividades turísticas não estão ligadas apenas às técnicas, aos elementos econômico, cultural e histórico que caracterizam o meio regional, mas também aos modos de vida e de saber fazer (Figura 02) das comunidades tradicionais. As suas seduções também estão vinculadas com as belezas naturais e culturais do Cerrado agropecuário que passam a ser cobiçadas, capturadas e inseridas numa perspectiva de desenvolvimento econômico da microrregião de Quirinópolis.



Figura 02: Saber-fazer familiar exposto durante os “Festejos Juninos e da Gastronomia da Chica Doida” no município de Quirinópolis (GO). Tradições que se mantêm nas paisagens da região. Autor: Santos, Jean C. V.

Entre os vários exemplos de eventos regionais, podemos citar o festival gastronômico da “Chica Doida” e as “Festas Juninas” na microrregião de Quirinópolis que têm contribuído para que sujeitos dos lugares revelem seu talento na arte de cozinhar, comercializando doces e outros alimentos que fazem parte dos seus cotidianos. De acordo com Santos (2005, p.22) nesse processo de formação e exposição das comunidades:

[...] apresentaram-se contingências históricas que se caracterizam nas entrelaçadas práticas institucionais e individuais, aliadas as características estruturais da sociedade. Neste processo, as pessoas procuraram, na construção dos lugares, deixar as suas marcas, estabelecendo significados, principalmente no que diz respeito aos simbolismos dos objetos, chegando a reconhecer-se nos seus antepassados, expressando uma autoconsciência do lugar e das suas identidades. (SANTOS, 2005, p. 22).

Apesar de o turismo ocorrer em função das atrações e das sedução encontradas nos meios urbano e rural, ainda são restritas as discussões sobre a temática “sustentabilidade e povos tradicionais” nos projetos públicos da atividade no Brasil. Em Estados como Goiás aumenta a procura por cidades como Caldas Novas, Rio Quente, Três Ranchos, Trindade, São Simão e Lagoa Santa, que oferecem infra-estruturas para receber visitantes. Contudo, ainda são poucos os projetos desenvolvidos que visam a valorização do artesanato, da gastronomia, do folclore e da produção familiar (Figura 03) das populações das cidades que se localizam às margens das rodovias e que representam acessos à esses destinos urbanos turísticos.



Figura 03: Produção de Cachaça Artesanal no distrito de Itaguaçu no município de São Simão. Nas proximidades da BR 364, conhecida regionalmente como rodovia São Paulo Cuiabá.

Autor: Santos, Jean C. V.

Assim nota-se a ausência de políticas locais e nacionais para a valorização cultural desses lugares, que tem uma relação específica com a natureza e com as práticas tradicionais na reprodução do espaço e de seu modo de vida, podendo ser compreendido nos mosaicos formados pela diversidade agrícola de subsistência presentes nas pequenas cidades do interior goiano. Isto pode ser sentido nas paisagens e nas cores das composições que expressam o vivido regional e, também, na diversidade cultural das humanidades ali existentes.

O turismo introduz, nos espaços interioranos do Cerrado, objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento desta atividade, conferindo-lhe um novo significado para atender a uma nova demanda de uso. O turismo interiorano, realizado além das paisagens litorâneas é um sinal de que os modos de vida e as práticas do interior brasileiro passaram a constituir-se, definitivamente, em objeto de desejo e singularidades no mundo atual, especificamente pela relação social implementada pela população dos pequenos municípios.

Com isso, lugares que ainda conservam traços da ruralidade tradicional com suas produções de cachaças e diversos produtos artesanais e, ao mesmo tempo do agronegócio, mantidos ou não pela atividade turística, colocam-se diante de uma releitura dos modos de vida distantes dos grandes centros urbanos que, apesar de passar por constantes ressignificações, ainda se faz presente em uma considerável parcela da população, conservando a agricultura e a pecuária tradicional como forma de resistência representada, aqui, no artesanato, na gastronomia e nos diversos saberes presentes na região.

É necessário aos projetos estatais de turismo, no caso do interior de Goiás, buscar na essência do modo de vida das suas populações (vida econômica, de produção e de cultura) as explicações para uma possível estabilidade de vida. Isto é, de prazer na contemplação ao ambiente e ao resultado de seu trabalho, como o lazer, as festas gastronômicas e as músicas do Cerrado, dentre outras (Figura 04). Esses aspectos também marcam oposição à sociedade contemporânea que simboliza, na atualidade, os grandes centros urbanos.



**Figura 04: Prato Típico “¹Chica Doida” criado no município de Quirinópolis.
Autor: Santos, Jean C. V.**

A questão do desenvolvimento do turismo sustentável nos conjuntos de lugares da microrregião de Quirinópolis e demais municípios da “Região Turística das Águas” é caracterizado pela ausência de políticas públicas locais e regionais associadas aos planos e programas elaborados que permitem amadurecer estratégias, metodologias e tipologias de investimentos e modalidades de valorização da cultura interiorana. Ou seja, políticas ajustadas aos modos de vida tradicionais, às ruralidades e ao saber fazer dos pequenos núcleos urbanos, não podendo, assim, cumprir um papel ativo de sustentabilidade na preservação das comunidades tradicionais e da cultura regional.

Desse modo, são necessárias políticas públicas de turismo para o interior de Goiás que possam dinamizar a estrutura sócio-econômica e cultural, atraindo investimentos, gerando

¹ Em uma cozinha da zona rural no município de Quirinópolis (GO), ocorreu à criação da “Chica Doida”, onde os responsáveis pelo prato goiano foram: Dona Petronilha Ferreira Cabral e o marido João Batista da Rocha, que gostavam de reunir a família e os amigos para as pamonhadas, outra culinária que caracteriza as raízes culturais do Cerrado brasileiro. Conta à história que em uma dessas pamonhadas as palhas de milho acabaram e como ainda havia muita massa resolveu inventar um prato, e no contexto da literatura regional [...] criaram a receita acrescentando a massa já temperada, queijo, lingüiça, jiló, cebola e outros condimentos e levou ao forno para assar. A receita original levou cerca de vinte e cinco espigas de milho – quantidade estimada para o restante de massa -, meio quilo de lingüiça de porco caseira, trezentos gramas de queijo picado em cubos, duzentos e cinquenta gramas de jiló, meio copo de banha de porco, duas cabeças de cebola picadas, uma colher de sobremesa de açúcar e um copo de água e sal. O modo de preparo é o seguinte: rale as espigas de milho, ponha a massa em uma bacia para temperar, escale a massa com banha bem quente, misture os temperos mexendo bem a massa, coloque essa em uma vasilha e leve ao forno bem quente. A cada cinco minutos mexa a massa acrescentando água fervente. No ponto retire do forno e espalhe à massa intercaladamente a lingüiça, o jiló e os pedaços de queijo. Cubra a massa com fatias de queijo e leve para gratinar no forno por quinze minutos (STIVAL, 2008, p.19).

riquezas e valor acrescentado às atividades tradicionais que amplie, diversifique e modernize a base econômica de desenvolvimento do turismo na região, atenuando a tendência de abandono das populações tradicionais nas zonas interioranas de Cerrado e, a partir deste ponto, contrariar a continuidade da modernidade do agronegócio como único caminho possível.

Faz-se necessário promover a utilização sustentável dos recursos históricos, culturais, ecológicos e o equilíbrio do mundo rural e dos pequenos municípios como garantia de conservação das paisagens, da natureza e da comunidade dos lugares interioranos, sendo ainda necessário executarem infra-estruturas de apoio à promoção das tradições regionais por meio da atividade produtiva de base familiar, bem como qualificar os recursos humanos. Nas paisagens do interior goiano, apesar do avanço da agricultura e da pecuária intensiva ocorrido nas últimas décadas, ainda predominam fortemente as características de ruralidades tradicionais e modernas. Por isso a valorização integrada desses elementos dos lugares surge como um forte elemento da promoção e do desenvolvimento da região turística.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do turismo no interior do Brasil deve seguir padrões diferenciados daqueles aplicados ao turismo de massa, como os de praias do litoral brasileiro. Afinal, os pequenos e médios proprietários terão que promover a sustentabilidade local e regional e não somente auferir o lucro, permitindo a depreciação do atrativo. Turistas que visitam paisagens de Cerrados, matas ciliares e veredas de Goiás sairão mais satisfeitos se na atração turística encontrar, além da paisagem rústica e da gastronomia caipira, as festas religiosas, as danças, a exposição do trato com a lavoura e os animais, e uma boa moda de viola.

As rezas populares como o terço ou as festividades religiosas, promoção de fogueiras, danças de quadrilhas e as tradicionais festas padroeiras como as de Nossa Senhora da Abadia, de Aparecida e de São João Batista, são exemplos de expressões da vida profissional, social e cultural desse conjunto de lugares. Além disso, se os Programas de Regionalização do Turismo e os modos de vida tradicionais da microrregião “Turismo das Águas” de Quirinópolis, não se mobilizarem, correm o risco de perder seus lugares remanescentes para a cultura do agronegócio.

Assim, cabe às políticas públicas locais buscar alternativas de desenvolvimento econômico sustentável e regional que possam interagir turistas, receptores e gestores, de forma a oferecer

respeito e benefícios mútuos, objetivando, além do lazer e do descanso dos turistas, sobretudo, a preservação de atividades tradicionais dos povos do Cerrado, oferecendo não apenas os seus produtos *in natura*, mas principalmente, seu modo de vida, no qual a música caipira, o artesanato, o folclore, a gastronomia e outras paisagens são postos como espelhos da cultura dos povos do interior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Operacionais. SNPT. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Políticas. SNPT. Brasília, 2004.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

MONTIBELLER FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Florianópolis (SC): Editora da Universidade Federal (UFSC), 2004.

SANTOS, J. C. V. **Políticas Públicas de Regionalização e Criação de Novos Cenários Turísticos nos Cerrados do Interior de Goiás**. 287 f. Tese (Relatório de Qualificação) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, IGUFU/Uberlândia (Minas Gerais), 2010.

SANTOS, R. J. Et al. **Registro do Patrimônio Cultural e Edificado das Áreas Diretamente Afetadas de Entorno e Influência das UHE Capim Branco I e II**. Uberlândia: Composer, 2005.

SIMÕES, J. M. Turismo, Ordenamento e Sustentabilidade do Território: Problemas e Desafios. In. CAVACO, C (Org.). **Turismo e Planejamento do Território**. Lisboa (Portugal): Editora Colibri Artes Gráficas, 2008. Pg. 341-404.

STIVAL, S. Dona Petronilha, a “Mãe” da Chica Doida, prato principal do Festival Gastronômico de Quirinópolis (GO). **Festas e Eventos**, Goiânia (GO), Nº 133, Ano XII, p.19-p.19. Abril de 2008.